

União das esquerdas na disputa de 2002 não convence Itamar

Cláudio Renato
do Rio

O governador de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB), pré-candidato à presidência da República, manifestou ontem, pela primeira vez, total descrença em relação à aliança da oposição para derrotar o candidato do Palácio do Planalto em 2002. "Duvido que as esquerdas brasileiras se unam", afirmou Itamar, durante o Fórum de Gestão Pública Eficiente, na Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), para uma platéia de empresários e investidores.

A afirmação de Itamar Franco foi uma estocada na decisão do Partido de Trabalhadores (PT) de insistir em uma candidatura própria ou de encabeçar uma eventual coligação de esquerda. "É um erro lamentável porque a união é fundamental para se derrotar o governo, que, ao contrário do que imaginam setores da oposição, não será, eleitoralmente, um adversário fraco." Há duas semanas, Itamar encontrou com o pré-candidato do PPS ao Planalto, Ciro Gomes, e com o presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, para discutir uma possível união das esquerdas nacionalistas contra o governo Fernando Henrique Cardoso.

Para Itamar, "o controle do câmbio, dos juros, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dos financiamentos internos e internacionais, dá ao governo muita força para as eleições do ano que vem." Ele defendeu uma constituinte de um ano, paralela ao trabalho normal do Congresso, para fazer as emendas e reformas necessárias.

O pré-candidato do PT ao Palácio do Planalto, Luiz Inácio Lula da Silva, concorda que o governo central não pode ser subestimado eleitoralmente, mas aposta numa união apenas no segundo turno. "O problema é que esses partidos políticos estão achando que já venceram a eleição", advertiu Itamar. Ele lembrou que, em julho de 1994, o candidato Fernando Henrique (PSDB) tinha 2% das intenções de votos, enquanto o então governador do Rio Grande do Sul, Antônio Brito (PMDB), aparecia com 16% e Lula (PT), com 44%. "Todos vimos qual foi o resultado no final."

Para Itamar, o governo federal deverá utilizar os repasses de recursos de blindagem do Fundo Monetário Internacional (FMI), de R\$ 15,3 bilhões, até dezembro de 2002, para suprir a diferença do déficit corrente e a entrada de investimentos estrangeiros no País. "E depois de 2002?" questionou. O governador mineiro criticou o fato de os empresários e o povo brasileiro desconhecerem o inteiro teor dos acordos firmados pelo governo com o FMI. "Devemos rediscutir as dívidas, mas não farei a moratória, se voltar a ser presidente, apenas revisaremos os contratos que considerarmos lesivos para o Brasil." Domingo, Itamar testará seu poder de fogo na convenção do PMDB, que indicará o presidente do partido. Ele apóia o senador Maguito Vilela, de Goiás. O governo aposta no deputado federal Milton Temer (SP).

Com relação ao lema "exportar ou morrer", cunhado pelo presidente Fernando Henrique, o governador foi irônico. "Depois de sete anos, falar em exportar ou morrer, só se for um cadáver conservado em formol ou congelado", disse. "O governo não tomou atitude para melhorar a situação, como a reforma tributária, e preferiu se dedicar à reeleição."

Itamar deixou claro que vai usar índices macroeconômicos comparativos na guerra contra o Planalto. "Quando deixei o governo, a taxa de inflação era 0,6% ao mês, o crescimento econômico em 93 e 94 foi, em média, de 5,4% do PIB, a taxa de desemprego aberto de 5,16%, dívida líquida de R\$ 152,4 bilhões (29,4% do PIB), superávit comercial externo de R\$ 10 bi-

lhões, déficit em conta corrente de US\$ 1,7 bilhão e dívida externa total de US\$ 143 bilhões." Em seguida, atribuiu números ao governo Fernando Henrique. "A inflação chegou a 1,62%, com taxa média de crescimento, de 1995 a 2000, de 2,6% do PIB, queda de 1% da atividade no primeiro semestre, taxa de desemprego aberto de 6,4%, déficit em contas públicas de R\$ 72 bilhões, pagamento de juros de R\$ 118,6 bilhões, dívida pública de R\$ 643,3 bilhões, 52% do PIB, e dívida externa de R\$ 236 bilhões."

O governador de Minas afirmou que o governo arrecadou US\$ 150 bilhões com privatizações, mas a dívida pública quintuplicou. "O Brasil precisa de US\$ 25 bilhões ao ano para fechar o balanço de pagamentos e não vai ser a elevação estratosférica de juros que atrairá investidores internacionais". Itamar afirmou que o sistema Telebrás, avaliado pelo mercado em US\$ 110 bilhões, foi vendido por US\$ 13,5 bilhões. "Uma coisa é vender a Companhia Siderúrgica Nacional, que tinha prejuízo de R\$ 1 milhão ao dia, e não faz parte de setor que não possa ser vendido, outro é vender companhias lucrativas, ou estratégicas, como as de energia, com financiamento do BNDES a empresas estrangeiras." Até o fim da noite, o Planalto não havia respondido às críticas de Itamar.